

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Autora: Mylenna Vieira Cacho
PPGEP/IFRN
mylenna.vieira@ifrn.edu.br

Coautora: Joaracy Lima de Paula
PPGEP/IFRN
jolipa7@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa bibliográfica que visa apresentar um breve resgate histórico acerca da educação profissional de jovens e adultos no cenário nacional, buscando refletir sobre o ensino dualista no sistema educacional brasileiro, que fragmenta a educação do trabalhador e prepara o sujeito unicamente para manter vigente a hegemonia do capitalismo e seus interesses. Para tanto, fundamentaram nosso estudo autores como Castanho (2006), Kuenzer (1997), Manfredi (2002) e Oliveira (2003). Por fim, percebe-se como se processou a educação de jovens e adultos sob a ótica de interesses de uma minoria, os donos dos meios de produção, no Brasil, permeando pelas políticas públicas através das legislações.

PALAVRAS-CHAVE: História da educação. Educação Profissional. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This work sets up as a literature that aims at presenting a brief historical review about the professional education of youth and adults on the national setting, trying to reflect on the dualistic teaching in the Brazilian educational system, which fragments the worker education and prepares the subject only to maintain the current hegemony of capitalism and its interests. For that, justified our study authors as Brown (2006), Kuenzer (1997), Manfred (2002) and Oliveira (2003). Finally, it is realized how it was processed the education of youth and adults from the standpoint of the minority interests, the owners of the means of production in Brazil, permeating the public policy through legislation.

KEYWORDS: History of education. Professional Education. Education for Youth and Adults.

INTRODUÇÃO

A educação se constrói, historicamente, de acordo com as necessidades da sociedade o que faz surgirem novas diretrizes curriculares que são inseridas em um contexto social e verificado a sua aplicabilidade enquanto política pública.

Nesse cenário é interessante destacar como as mudanças nos modos de produção capitalista repercutem sobre a escola a fim de adequar sua oferta de formação para atender às necessidades momentâneas do sistema e para superar as crises cíclicas sofridas pelo mesmo ao longo da história.

No tocante à Educação de Jovens e Adultos, a dificuldade surge em consequência de políticas deficientes que não atenderam as necessidades específicas desse grupo. Sendo assim, recordamos brevemente o contexto de surgimento da Educação de Jovens e Adultos, no universo da Educação Profissional no Brasil para percebermos a dualidade a qual a educação é submetida ao longo de sua “evolução”.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Em 1549, com a chegada dos padres jesuítas no Brasil a cultura dos silvícolas foi sendo substituída pelas as dos jesuítas, que implantavam aos poucos um sistema corrosivo de descaracterização da cultura original em nome da subserviência e da produção de riquezas.

Durante o período de colonização processo de ensino-aprendizagem, via junção entre educação e trabalho, ocorria no próprio engenho, onde os trabalhadores, em suma escravos, aprendiam no trabalho e para o trabalho salienta Manfredi (2002). Tal contexto denota o prevaecimento das técnicas sobre a teoria.

Nesse contexto, de acordo com Manfredi (2002), verifica-se o surgimento das escolas-oficinas, comandadas inicialmente pelos jesuítas e organizadas em irmandades,



com duração mínima de quatro anos, com a preocupação em formar artesãos das mais diversas especificidades como: construção de edifícios, instrumentos musicais, armamentos, fabricação de cerâmicas, tecelagem e artefatos domésticos, entre outros. Assim, percebe-se que a educação no Brasil colônia exerceu a função de preparar para o trabalho e suprir a demanda do momento.

A partir de 1759, com o decorrer de vários acontecimentos, inclusive a expulsão dos jesuítas e a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a educação da colônia passou por um processo de desagregação, principalmente, em decorrência da chegada do príncipe regente D. João que modificou a política educacional adotada para o Brasil. Acrescenta-se a isso a fundação de várias instituições culturais que deram um novo impulso à educação: a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, além de um museu, e, sobretudo, as escolas de ensino superior (a Escola Naval e a escola Militar, por exemplo). Período este de grande importância na evolução cultural do Brasil, segundo Manfredi (2002), pois nele foram lançadas as bases de notáveis instituições culturais, bem como mudanças nos âmbitos econômico e educacional.

Castanho (2006, p.10) afirma que a vinda da família real para o Brasil trouxe mudanças em decorrência do deslocamento do eixo de dependência do Brasil diretamente de Portugal para o âmbito da Inglaterra industrializada, permitindo na sequência o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil. E isso repercutiu sobre a educação profissional que sofreu modificações visando atender às novas necessidades do sistema econômico do período e como instrumento de alienação e permanência do poder via formação de trabalhadores aptos e obedientes para a produção. Dentre as ações destacam-se: a criação do Colégio das Fábricas, no Rio de Janeiro, em 1809; a fundação de uma companhia de artífices no Arsenal Real do Exército em 1810; a implantação do aprendizado na Real Imprensa em 1811; na Carta Régia de 1812 e na criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816.

Com a proclamação da Independência em 1822, no Império, tentou-se organizar um sistema educacional popular e gratuito ao se promulgar uma lei que determinava a



criação de escolas primárias em todas as cidades, vilas e povoados, e escolas secundárias nas cidades e vilas mais populosas. Porém, tais ações não obtiveram êxito, sobretudo, devido à falta de especialistas para planejar e executar tal sistema.

Em relação ao ensino superior, neste período, destaca-se a criação dos cursos de Direito no convento de São Francisco, em São Paulo, e no mosteiro de São Bento, em Olinda/PE, descentralizando, através do Ato Adicional, de 1834, o ensino básico cuja organização passou a ser responsabilidade das assembleias provinciais e teve como consequência o extraordinário desenvolvimento das escolas secundárias particulares, sobretudo nas capitais, conforme Manfredi (2002).

Entretanto, a desestruturação do modelo metrópole-colônia, a centralização do poder brasileiro, que se responsabilizara pela própria economia e a descentralização do poder Português no país lançaram sobre o campo educacional a necessidade de se formar trabalhadores para atender a nova demanda nos modos de produção, levando ao Estado a construir novas escolas formadoras de artífices.

A expansão dos liceus (mantidos pelos sócios, comerciantes, fazendeiros e até mesmo pela nobreza, a fim de que a formação ofertada atendesse aos seus interesses) ocasionou a criação de uma rede de escolas profissionalizantes que eram tanto financiadas pelo Estado quanto pela iniciativa privada, e, ao mesmo tempo em que se priorizava o preparo de artesãos “qualificados” e socialmente úteis, havia uma educação assistencialista, visando à formação de trabalhadores e legitimando a estrutura social excludente herdada do período colonial.

Durante o Império também, D. Pedro II estimulou sob várias formas as ciências, letras e artes do país; no entanto, a política educacional acomodou-se às condições econômicas e políticas que determinavam uma dualidade: para a elite, as escolas secundárias, e para o povo, a escola primária, os liceus de artes e ofícios e a escola normal.

Com a República, algumas mudanças econômicas merecem destaque como o fim do trabalho escravo, o ingresso de estrangeiro no país, a alta lucratividade da



comercialização do café e a necessidade de intensificar a industrialização. E no que competia à educação, precisamente, na formação profissional, surge a necessidade da fragmentação de conhecimentos e a qualificação em determinadas funções que possam atender às novas necessidades do capital.

Nesse contexto, tem-se a criação do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que determina a criação de Escolas de Aprendizes Artífices (medida que visava a redução dos problemas sociais que a urbanização incipiente do país já trazia), subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Segundo Oliveira (2003), a localização dessas escolas nas capitais e não nos polos manufatureiros evidencia uma preocupação mais política do que econômica, pois o governo queria marcar presença nos estados, para barganhar cargos e vagas nas escolas, em troca de favores políticos regionais. No tocante a essas escolas Oliveira (2003) caracteriza dizendo que estavam, em sua maioria, direcionadas para um ensino artesanal, sua infraestrutura era precária e nelas o trabalho era tomado como elemento regenerador da personalidade dos alunos. Ainda assim, o ensino continuou fragmentado e desvinculado aos princípios críticos; na escola ofertava-se um ensino básico (alfabetização), vinculado com o ensino prático, preparando os alunos para o mercado de trabalho.

O corpo docente das Escolas de Aprendizes Artífices era composto de professoras normalistas e de trabalhadores experientes que se ausentavam das fábricas para ensinar aquilo que sabiam fazer. Isto é, até então não havia interesse em formar professores para atuarem nas escolas profissionalizantes brasileiras, somente em 1917 foi criada a única escola brasileira destinada à formação do professor: Escola Normal de Artes e Ofícios, vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Até o princípio da República, a retórica e o formalismo persistiram. A partir de 1924, verificou-se um movimento de reformas educacionais em vários estados, bem como a adoção de medidas importantes, como a criação do Ministério da Educação e a reorganização do ensino secundário e da educação superior com a criação de universidades.



As décadas de 30 e 40 do século XX, no Brasil, foram marcadas por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais. Surge uma nova burguesia, a industrial, em substituição às oligarquias cafeeiras (afetadas pela crise da agricultura do café dos anos 20 e pelo *cash* da bolsa de Nova Iorque, em 1929).

Diante desse contexto político-econômico, exigiu-se um posicionamento mais efetivo das camadas dirigentes com relação à educação nacional. A partir de então, conjunto de Decretos-Lei são criados (Leis Orgânicas da Educação Nacional - a Reforma Capanema) cujas ações evidenciavam a formação profissional em cada ramo da economia e para a formação dos professores em nível médio. Entretanto, o ensino superior continuava a priorizar o domínio dos conteúdos gerais, das letras, das ciências e das humanidades, favorecendo ainda a elite e excluindo os menos favorecidos economicamente.

Tais Escolas de Aprendizes Artífices perduraram até 1942, porém, em decorrência das novas necessidades do sistema, houve uma adequação destas para atender a nova demanda industrial.

Esta nova mudança educacional foi decorrente do atendimento das exigências do modelo de fordista de produção, que priorizava a produção em massa e a divisão dos papéis dentro da indústria.

Em 1942 foi aprovada, em um contexto marcado pelo autoritarismo (Estado Novo) e pelo “nacionalismo estratégico”, de Vargas, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em que determinava que a Educação Brasileira estaria estruturada em dois níveis: a educação básica (o curso primário e o secundário, subdividido em ginásial e colegial) e educação superior. Os cursos profissionalizantes de nível médio (normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico) possuíam o mesmo nível e duração do colegial, porém não habilitavam para o ingresso no ensino superior.

Neste mesmo ano, em 1942, criou-se Decreto-Lei nº 408, de 22 de janeiro, que determinava a criação do então Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (Senai) e do Serviço Nacional de Aprendizagem e Comércio (Senac) – uma imposição

de Vargas que obrigou os empresários a assumirem a capacitação dos trabalhadores. Posteriormente, foram implantados o Serviço Nacional de Agricultura (Senar) e o Serviço Nacional De Transporte (Senat), que completaram o denominado Sistema S, contribuindo para mudar os rumos da instituição profissional no Brasil.

Neste contexto houve uma clara diferenciação entre as Escolas Industriais e as Escolas de Aprendiz: estas, ligadas aos recém-criados Senai e Senac; aquelas, destinadas aos alunos que, geralmente, não trabalhavam e estavam vinculados aos ramos técnico-profissionalizantes. Assim, continuavam a existir as propostas dualistas acirrando o caráter discriminatório atribuído ao ensino profissional, dualidade esta estrutural que, de acordo com Kuenzer (1997), ocorria em função dos interesses do mundo de produção capitalista, preparando uns para exercer a função de dirigentes e outros para o mundo do trabalho.

Após a vigência da Lei Orgânica do Ensino Industrial, foi-se percebendo uma expansão e projeção, que se traduziu, sobretudo, na elaboração de legislações, tais como: a lei 3.552, que instituiu uma nova estruturação para a educação profissional, e o decreto nº47.038/59, que criou a Rede Federal de Ensino Técnico.

Em 1961, entra em vigor a primeira LDB, Lei nº 4.024, proporcionando liberdade de atuação da iniciativa privada e dando plena equivalência entre todos os cursos de mesmo nível. Neste mesmo ano, o presidente Jânio Quadros integrou o ensino profissional ao propedêutico, através do Decreto nº 51.225, de 22 de agosto de 1961, que tratava da concepção de “escola-produção”, e previa a criação da Fundação Universidade Nacional do Trabalho, que congregaria as escolas de engenharia, administração e escolas técnicas.

Destaca-se que na década de 1960, o avanço das forças produtivas direcionou a criação de cursos que objetivavam capacitar a força de trabalho de forma rápida para responder às novas demandas do mercado, decorrente do processo de desenvolvimento econômico (milagre econômico), que não se fez de forma auto-sustentável, mas com



grande endividamento externo, tendo como referência a Teoria do Capital Humano (que atrela a educação à suposta equalização social e econômica).

Os alunos do curso técnico, motivados pelo *milagre brasileiro* e desejosos também por ascender socialmente, lutavam pela a possibilidade de obter maior renda e/ou ingressos nos cursos superiores. Isso motivou a criação, dez anos depois, em 1971, sob o governo militar, da Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, Lei nº 5.692, priorizando a concepção Tecnicista (na qual a escola devia assumir o modelo empresarial e se inserir nos padrões de racionalização e produtividade capitalista). Para Kuenzer (1997), um avanço na perspectiva do princípio de promover a implantação da escola única, profissionalizante. Porém, o que se via na prática era que essa política só acontecia nos sistemas de ensino dos estados e federal, as escolas privadas continuaram, na sua maioria absoluta, com currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes atendendo as necessidades das elites. E dentre as principais consequências dessa política pública educacional, foi a desvalorização da escola pública e o desvanecimento da profissionalização obrigatória.

No entanto, no período da Nova República, entra em vigor a lei nº 7.044/82 e extingue de vez a profissionalização compulsória, substituindo a “qualificação para o trabalho” pela “preparação para o trabalho”.

Em 1986, entra em vigor o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec) que, subsidiado pelo Banco Mundial, visava criar duzentas escolas industriais e agropecuárias.

Com a nova LDB (Lei nº 9.394/96) o 2º grau profissionalizante no país permanecia apenas nas Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e em poucas dos sistemas estaduais de ensino. Sobre essa nova lei Saviani (1997) argumenta que se trata de um documento legal com a orientação política neoliberal que valoriza o apelo à iniciativa privada e às organizações não-governamentais com vista na redução das ações e dos investimentos públicos.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, com o Decreto nº 2.208/97, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico e os cursos técnicos passam a ser oferecidos de duas formas: concomitante, matrículas e currículos distintos; e sequencial, destinado a quem já concluiu o ensino médio.

Em 2004 entra em vigor o Decreto nº 5.154 que, além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, teve o mérito de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio.

No ano seguinte, a EJA viria a ser contemplada. Foi criado o Decreto nº 5.478/05, referente Programa de Integração Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Em 2006, promulgou-se o Decreto nº 5.840, que revogou o anterior e passou-se a denominar Programa Nacional de integração da Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, passando a incluir a Educação Fundamental e ser oferecido, além das Instituições Federais, em instituições públicas do sistema de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema S).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da retrospectiva histórica adotada neste artigo é notório o fato da educação ter se constituído como um instrumento ideológico usado pelo Estado para manter a divisão de classe, bem como estruturar a dualidade histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual, a fim de atender aos interesses hegemônicos da burguesia. Assim sendo, a política educacional adequou-se às condições econômicas e políticas que determinavam essa dualidade visando à formação de trabalhadores e legitimando a estrutura social excludente herdada do período colonial.

No presente, infelizmente, essa dualidade ainda se mantém em algumas instituições (não de forma legalizada, mas de forma pré-concebida e materializada). No entanto, precisa ser rompida em prol de uma formação humana integral que se debruce sobre a necessária articulação entre os saberes técnicos, culturais, científicos,

tecnológicos, filosóficos e sociais. Como exemplo de formação humana integral, tem-se a rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que pauta seu trabalho na formação para a vida, e não necessariamente para/ limitada ao trabalho. Nesse universo insere o jovem e o adulto, buscando ofertar por meio do PROEJA a complementação na sua formação a fim de recuperar o tempo perdido e reduzir os débitos que a história educacional brasileira gerou.

Por fim, entendemos que conhecer esse contexto histórico marcado pelo capital é necessário para repensarmos (re) pensarmos a educação nacional a fim de conquistarmos melhorias capazes de quitar os débitos históricos com a população, sobretudo jovem e adulta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2001. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.154. 23 de julho 2004.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.478. 24 de junho 2004.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA** Formação inicial e continuada / Ensino fundamental. Documento Base, 2007.

CASTANHO, Sérgio. **Educação e trabalho no Brasil Colônia**. In.: LOMBARDI, JoséClaudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas: HISTEDBR, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: As políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

MANFREDI, Silvia Maria. História da Educação Profissional no Brasil. In: _____. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional: O processo de desmantelamento dos Cefets**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação. Campinas: Autores Associados, 1997.